

***PARTES DE ÁFRICA, DE HELDER MACEDO:
O BALANÇO DOS TEMPOS***

***PARTES DE ÁFRICA, BY HELDER MACEDO:
THE BALANCE OF TIMES***

Teresa Cristina Cerdeira¹

RESUMO

Partes de África de Helder Macedo se insere num conjunto de narrativas que estreitam laços entre ficção e memória no que tange ao resgate testemunhal dos processos ditos “civilizatórios” que a Europa logrou impor aos povos da América e da África. O encontro de culturas criou impasses entre colonizadores e colonizados que se acirraram sobretudo a partir da formação dos grandes impérios coloniais a partir do século XIX. O romance de Helder Macedo, publicado em 1991, ilustra com uma acuidade algo polêmica para o tempo a crise do império português em África. Através da memória pessoal de quem viveu uma infância africana como filho e neto de administradores coloniais e de quem se posicionou claramente contra o sistema colonial, o romance faz uma análise polêmica do difícil encontro de culturas elegendo o oximoron como estratégia de construção ideológica e formal para evitar os maniqueísmos redutores frequentemente produzidos por mecanismos de culpas e ressentimentos.

PALAVRAS-CHAVES: conquista e colonização, *Partes de África*, pós-colonialidade, Próspero e Caliban

ABSTRACT

Helder Macedo's *Parts of Africa* is part of a set of narratives that strengthen ties between fiction and memory regarding the testimonial rescue of the so-called "civilizing" processes that Europe

¹ Teresa Cristina Cerdeira é professora Emérita de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ e Pesquisadora 1A do CNPq. Possui Graduação em Letras Português Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972), Mestrado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979), Maîtrise en Littérature Comparée - Université de Toulouse II - Le Mirail (1974) e doutorado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987). Atua em Literatura Portuguesa, com ênfase nos séculos XX e XXI, sobretudo em temas relacionados à intertextualidade, relações intersemióticas, autobiografia, literatura e história. É autora dos seguintes livros: *José Saramago: entre a história e a ficção – uma saga de portugueses*, *O avesso do bordado*, *A tela da dama*, *A mão que escreve* e *Formas de Ler*. Organizadora e autora do livro de ensaios coletivos sobre a obra de Helder Macedo e coorganizadora de dois livros de homenagem: *CLEONICE CLARA EM SUA GERAÇÃO* e *A PRIMAVERA TODA PARA TI*. Foi Regente da CATEDRA JORGE DE SENA (2005-2011) e editora da Revista *METAMORFOSES* (números 7, 8, 9, 10.1, 10.2, 11.1, 11.2, 12.1, 12.2)

“Partes de África, de Helder Macedo o balanço dos tempos”, de Teresa Cristina Cerdeira
Metamorfozes, Rio de Janeiro, vol. 19, número 1, p. 188-207, 2022.



managed to impose on the peoples of America and Africa. The meeting of cultures created impasses between colonizers and colonized which became more acute especially after the formation of the great colonial empires from the 19th century onwards. Helder Macedo's novel, published in 1991, illustrates the crisis of the Portuguese empire in Africa with an acuity that was somewhat polemic for its time. Through the personal memory of someone who lived an African childhood as the son and grandson of colonial administrators and who clearly positioned himself against the colonial system, the novel makes a polemical analysis of the difficult encounter of cultures electing oxymoron as a strategy of ideological and formal construction to avoid the reductive manichaeistic views often produced by mechanisms of guilt and resentment.

KEYWORDS: conquest and colonization, Parts of Africa, post-coloniality, Prospero and Caliban

O império português foi uma impossibilidade realizada contra as expectativas que teriam sido normais num país pobre e pequeno [...] e levou à criação de elites parasíticas e à marginalização da maioria potencialmente produtiva.

Helder Macedo

Uma das realizações do imperialismo foi aproximar o mundo, e embora nesse processo a separação entre europeus e nativos tenha sido insidiosa e fundamentalmente injusta, a maioria de nós deveria agora considerar a experiência histórica do império como algo partilhado em comum.

Edward W. Said

A partir das narrativas de viagem do século XVI – de que *Os Lusíadas* constituem possivelmente o ponto de excelência daquilo a que se convencionou chamar de texto de fundação – o processo de conhecimento e colonização do outro tornou-se uma experiência inscrita literariamente na cultura portuguesa. Pensar o lugar do colonizador é uma questão que obseda o pensamento de historiadores, antropólogos e evidentemente de romancistas e poetas. Uma saudável aliança da teoria e da literatura é justamente ilustrada por Boaventura de Sousa Santos ao se apropriar de Shakespeare e de seus personagens-ícones – Próspero e Caliban – para tecer com eles uma reflexão sobre o colonialismo especificamente português, ao qual ele contrapõe o modelo hegemônico do colonialismo britânico. Essa ideia de fazer uma leitura de *A Tempestade* na chave da pós-colonialidade não era exatamente nova. Antes da formatação sociológica de Sousa Santos, poetas e pensadores caribenhos – com propostas por vezes contraditórias – se tinham debruçado sobre a questão da negritude e do valor simbólico desses personagens shakespearianos

para denunciar os efeitos devastadores da colonialidade e as consequentes estratégias de ultrapassagem revolucionária dessa sub-condição dos povos submetidos à hegemonia europeia. Vale lembrar, a título de exemplo, os nomes de Aimé Césaire (1913-2008) e, em especial, a peça de teatro que tem por título *Une Tempête*, a que se segue a informação: “D’après *La Tempête* de Shakespeare – Adaptation pour un théâtre nègre” (1969), em que o poeta martinicano desconstrói o protagonismo eurocêntrico e racionalista de Próspero transformando Caliban no herói revolucionário da negritude; do cubano Roberto Fernández Retamar (1930-2019), que no ensaio *Caliban*, de 1971, denuncia a ideologia que sustenta o analogismo entre Caliban e canibal; de Edward Kamau Brathwaite (1930-2020) com a sua leitura da creoulização na Jamaica; e do haitiano René Depestre (1926), que em seu livro *Bon dia e adeus à negritude* ousa despedir-se desse conceito fundador ao caminhar por sendas antropológicas contemporâneas que põem em xeque o próprio conceito de raça em nome de uma grande mestiçagem étnica global cientificamente comprovada. Por outro lado, essa leitura marxista de uma ideologia colonial no texto shakespeariano recebeu também algumas críticas contundentes de estudiosos renomados, como Harold Bloom, que refuta veementemente as conclusões do que ele chama “a escola do ressentimento” (reunindo num mesmo bloco os marxistas, as feministas, os estudos culturais) por julgá-las redutoras e atemporais. Frente a frente, percebemos logo, a diáspora e o cânone.

É Todorov, em *A conquista da América: a questão do outro* (Paris, Seuil, 1982) quem escolhe a data de 1492 para acentuar as ambiguidades e os erros que marcaram o que ele caracterizou como “o encontro paradigmático” do Ocidente cristão com o Outro. E, para o caso que aqui interessa, essas reflexões sobre esse Outro inesperadamente diverso, o quase inconcebível habitante das então chamadas “Índias Ocidentais” (América), funcionam perfeitamente para o deslocamento de outra questão similar: as relações entre esse mesmo Ocidente cristão e o Outro oriental, fossem eles negros, asiáticos ou mouros. Porque se a América radicalizava o inconcebível, os cafres africanos seriam também objeto de ambiguidades similares que iam da estratégia assimilacionista, com o objetivo da conversão (“espalhar a Fé e o Império”) às relações de poder evidenciadas na superioridade do europeu – moderno e cristão – diante da inferioridade e da barbárie dos povos africanos a quem urgia fazer chegar as benesses civilizatórias.

Mas afinal, em que a reflexão de Boaventura de Sousa Santos (2003) reatualiza essa questão? Em poucas palavras poderíamos dizer: a direção do olhar. Se o que predominava nos discursos anteriores era a valorização metafórica da figura de Caliban como autêntico dono de sua “ilha americana”, a questão que a Sousa Santos interessa na análise do discurso colonial – especialmente o português – é o polêmico lugar do colonizador, lugar de semiperiferia, espécie de dialética ambígua entre a hegemonia britânica e o colonizado africano, criando entre essas duas esferas (a do dominador e a do dominado) o entrelugar de um “Próspero calibanizado”. A sua proposta está longe de amenizar a violência desse colonizador periférico pelo fato de ele se situar a meio caminho das duas esferas do conflito. Nada que se aproxime de um *luso-tropicalismo freiriano* feito de bons costumes e integração racial. Ao contrário disso, a sua leitura caminha na exposição das idiosincrasias históricas e econômicas do português colonizador, que se caracterizam ao mesmo tempo por um “excesso de colonialismo” e um “déficit de capitalismo” (SANTOS, 2003), resultando num duplo fracasso pela inadequada administração colonial, o que em nada diminuiu a violência da presença do colonizador, e pelo espantoso empobrecimento da metrópole incapaz de gerir um império onde *o sol logo em nascendo vê primeiro, e quando desce o deixa derradeiro*.

Ora, o romance *Partes de África* de Helder Macedo, publicado em 1991, funciona nesse contexto como um exemplo poderoso para refletir sobre questões referentes a colonialidade, imperialismo, centro e periferia, guerra colonial, pós-colonialismo, neocolonialismo, a partir de uma vivência autoral biograficamente confessada de quem experimentou em África o lugar privilegiado de filho e neto de uma família da administração colonial, tendo vivido “uma infância feudal” (MACEDO, 1991, p. 47) cuja magia afinal não tardou a se quebrar quando pessoalmente² descobriu que o jardim da sua infância não era “particular” nem “público”, mas “do vizinho”. Seu olhar crítico e rebelde sobre a História advém dessa posição intervalar que lhe permitiu assumir uma frutuosa recusa de redutoras polarizações, num tempo em que

os portugueses viviam ainda em plena ressaca colonialista, num período de transição entre o que tinham sido e o que desejariam

² “(Sei muito bem que na infância de toda a gente houve um jardim, / Particular ou público, ou do vizinho. / Sei muito bem que brincarmos era o dono dele. / E que a tristeza é de hoje). Álvaro de Campos, “Dobrada à moda do Porto”

poder ser. Precisavam de simplificar a História, de considerar que, de um lado, havia os bons e, do outro, havia os maus. Entender o bom no mau e o mau no bom, como procurei fazer, não dava muito jeito para a arrumação da nova casa portuguesa. (2009)³

Paralelamente, o diálogo entre as reflexões de Todorov (1982) e o ensaio de Helder Macedo, “Reconhecer o desconhecido” – posteriormente republicado com alterações e adendos no livro *Viagens do olhar*, escrito em parceria com o filósofo e amigo Fernando Gil (1998)⁴, mas que constitui antes disso um dos capítulos finais do seu romance feito em partes (*Partes de África*) – surge como um modo inteligente de trazer para a cena o já referido embate com o Outro, sejam eles os povos originários da América, os mouros, os asiáticos ou os africanos, estes últimos possivelmente tão irreconhecíveis para o europeu como o foram aqueles do Novo Mundo, espécie de jardim do paraíso ao qual – contraditoriamente – os conquistadores europeus acreditavam ser preciso *impor* a luz salvadora do cristianismo.

Se este não é certamente um debate inaugural, haverá certamente ainda alguns caminhos a perseguir e a iluminar no campo das artes e das ciências humanas em que, felizmente, os saberes novos nem sempre anulam as conclusões anteriores, somando-se antes a elas, sem necessariamente as substituir. Por outro, trata-se de uma proposta que não pretende apenas conceituar, mas sobretudo fincar esteios no tecido literário, examinando-o, é certo, à luz das reflexões teóricas, mas buscando encontrar no corpo do texto aquelas camadas e sedimentos que porventura possam driblar a mera evidência da língua.

Os anos 1990, em Portugal, foram um tempo de balanço. A Revolução dos Cravos acabava de completar quinze anos, o que historicamente não é muito, mas pelo menos o bastante para que o olhar crítico pudesse já gozar de um necessário e salutar distanciamento do tempo da festa. A euforia revolucionária dos primeiros anos tinha passado, nem todos os projetos se cumpriram, mas o fato é que essa data representou uma

³ “Jane Tutikian entrevista Helder Macedo”.

⁴ “Os enganos do olhar” (1988, p.203-212).

viragem sem volta. O Estado Novo chegara ao fim, a ditadura chegara ao fim, o fascismo salazarista chegara ao fim, e se a sombra do passado atravessava ainda uma parcela mais reacionária e saudosista da população – quer por ingenuidade alienada, quer por lamento sobre privilégios ameaçados ou perdidos –, o Estado tinha fortalecido suas bases republicanas eivadas de um socialismo possivelmente mais proudhonista do que marxista, com o PCP cedendo lugar a uma esquerda menos radical do PS e ao PSD como partido de centro.

Nesse contexto, *Partes de África*, primeiro romance de Helder Macedo, publicado num tempo de justos ressentimentos e evidentes culpabilizações, tornou-se o paradigma de uma forma polêmica de olhar para a pós-colonialidade, numa dupla via que incluía certamente os países africanos, numa recém-liberdade conquistada pelas guerras de independência, mas também a metrópole, retornada aos seus limites continentais, sem os custos de uma guerra colonial absurda para as condições econômicas do país e absolutamente extemporânea para os padrões políticos internacionais.

Romance feito de "partes", o título já o indica, seu discurso é tecido com os fios da memória pessoal e da memória nacional, em que a história do eu funciona como metonímia da história portuguesa. E se a memória é uma escavação do tempo, como lembra Walter Benjamin, o narrador de *Partes de África* se dispõe justamente a rememorar a sua própria vida, assim como os últimos 50 anos de colonialismo português, cujos fatos são trazidos à luz como camadas de terra que entregam, de forma generosa, a "recompensa da escavação"⁵.

A memória humana, diz, contudo, Primo Levi⁶, "é um instrumento maravilhoso, mas falível. As recordações que agem dentro de nós não são gravadas em pedra; não só têm a tendência para se apagar com os anos, como também é frequente modificarem-se, ou inclusivamente aumentarem, incorporando delineamentos estranhos". A reflexão feita assim por um autor do testemunho, mais ainda, do documento testemunhal, exige que se considere o que ela pode vir a significar em se tratando da produção de um autor de ficção.

⁵ "Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava". (BENJAMIN, 1987. p.239)

⁶ Traduzido do francês. « La mémoire humaine est un instrument merveilleux mais trompeur. [...] Les souvenirs qui gisent en nous ne sont pas gravés dans la pierre ; ils ont non seulement tendance à s'effacer avec les années, mais souvent ils se modifient ou même grossissent, en incorporant des éléments étrangers ». (LEVI, 1989, p.23).

Ora, para dar conta desses movimentos de apagamento e de reconstituição, o primeiro capítulo de *Partes de África* é sobremaneira exemplar, pois, para além de fornecer as balizas espaciais e temporais do seu exercício de escrita, funciona como uma demonstração do que o romance entenderá como memória. Nele o Autor afirma, por exemplo, que nunca se recupera uma verdade inteira; que tal evidência não é uma perda, mas uma escolha; que essa escolha advém do fato de que o sujeito muda, torna-se quase irreconhecível para quem o conheceu no passado, do mesmo modo que desconhece aqueles que ele próprio conheceu; e que, na contramão do que afirmara Rousseau (com certa ingenuidade, ou talvez, quem sabe, com suprema ironia) nas suas *Confissões*, o autor nunca está *todo inteiro no seu livro*, o que lhe dá a chance suprema de poder ir “atando as pontas das várias vidas reais e imaginadas com os nós verdadeiros dos laços fingidos” (MACEDO, 1991, p.10), pelo simples fato de que a vida escrita já não é a vida, mas a sua ficção que, nem por isso, deixará de referir os fatos no seu duplo viés da história pessoal e da história do império. O seu romance não se propõe, por isso mesmo, a ser um espelho da vida (nem Stendhal⁷ o teria concebido assim tão ingenuamente!); sua constituição se assemelhará, antes, a um “mosaico” (é este o sintagma textualmente eleito), cujas peças exigem uma montagem, e cujas pedras e cores estão *oblíqua e dissimuladamente* reunidas.

Só que o meu estilo, perdoe o leitor que já deu por isso, é oblíquo e dissimulado, desenvolvimento próprio e algo original, perdoe o leitor que ainda não deu por isso, da nobre tradição de dizer alhos para significar bugalhos, que é a de toda a poesia que se preza e da prosa que prefiro. E nem julguem que alhos e bugalhos são coisas diferentes, são reflexos diferentes da mesma coisa. Como num mosaico incrustado de espelhos. (MACEDO, 1991, p.29)

Nesse jogo de máscaras em que *alhos* e *bugalhos* não se opõem, e são simplesmente *reflexos diferentes da mesma coisa*, o narrador começa por percorrer – pela

⁷ “Le roman est un miroir que l’on promène le long d’un chemin”. (STENDHAL, 1968).

memória, mas também fisicamente⁸ – a casa dos pais (a “galeria das sombras”), porque lá estão os documentos a serem *escavados*: as fotografias, os mapas, a pilha de relatórios, as estantes com livros anotados à margem, em suma os “vestígios da contribuição pública do [...] pai às várias partes dessa mesma história” e que vêm à tona no seu ato da escavação. E se há uma parte de ironia em tal afirmação, não deixará também de haver nela a sua parte de verdade. A palavra “contribuição” é, aliás, uma espécie de oximoro concentrado numa só palavra, ou, muito barthesianamente, um exemplo de anfibologia⁹, que conjuga num mesmo sintagma significados diversos e por vezes opostos, refutando os redutores maniqueísmos. No caso da palavra “contribuição”, ao mesmo tempo que o narrador desconstrói, pela ironia, o valor dos serviços prestados pelo pai na administração colonial, não recusa a sua parte – ilusória tenha sido ela – de idealizada ação civilizatória. Passados mais de quinze anos do fim do Império, já não se trata apenas de apontar o bem contra o mal; trata-se de ultrapassar a mera confissão de culpa (e *máxima culpa*), tão própria de um cristianismo de fachada, em prol de um exame crítico de todas as *partes*, de que possa advir um projeto concreto para o futuro. Talvez por isso a publicação de *Partes de África* tenha desconcertado ao mesmo tempo, segundo o seu autor, a perspectiva portuguesa e a perspectiva africana da História, cada vez que qualquer das duas – em brio revolucionário – se fazia prioritariamente de culpas e acusações, certamente justificáveis, mas, na sua força actancial, provavelmente improdutivas.

Claro está que, em princípio, a tensão familiar entre o filho (narrador) e o pai (membro da administração colonial) equivale à tensão entre o intelectual português, em sua melhor versão libertária, e o sistema político claustrofóbico do Estado Novo, que implodiu a si próprio por combinar perversamente o obscurantismo da metrópole e o aniquilamento físico e moral dos colonizados. Mas a polémica familiar rememorada é dolorosamente mais dialética e menos consensual que uma simples questão de opostos. E o narrador concede o benefício, senão da dúvida, ao menos da contradição que pode

⁸ “Fui há dias à estante onde deixou empilhadas as cópias dos seus relatórios, folheei alguns, escolhi a pasta da Guiné.” (MACEDO, 1991, p.57)

⁹ Cf fragmento de *Roland Barthes par Roland Barthes*: “Cada vez que ele encontra uma dessas palavras duplas, R.B., mantém nela os seus dois sentidos, como se um deles picasse o olho para o outro, e que o sentido da palavra estivesse nesse piscar de olhos que faz com que *uma mesma palavra*, numa *mesma frase*, queira dizer *ao mesmo tempo* duas coisas diferentes, e que se experimente o gozo semântico de um sentido pelo outro”. (BARTHES, 1980, p. 76)

haver na crença pessoal de se habitar sempre o lugar da verdade. O trecho que vem citado a seguir é extraído daquele capítulo que o narrador considera “o mais difícil do [seu] livro” (MACEDO, 1991, p. 54). Com as lutas dos países africanos e as propostas ideológicas do 25 de Abril de 1974 tendo resultado na independência das colônias, o narrador analisa criticamente a contenda familiar na qual ele acreditara, desde sempre, ter ocupado o lugar da verdade e, já agora, do vencedor. O resumo narrado é bastante expressivo:

[...] ao longo dos anos, o meu tema favorito e infinitamente modulado em variações só um pouco mais subtis, é que ele era o polícia bom que alterna com o mau, o médico que vai remendar o prisioneiro antes da próxima sessão de tortura, a justificação moral da imoralidade do colonialismo. E ele perguntava-me o que é que eu e os outros como eu, expatriados dentro e fora do país, tínhamos conseguido fazer por quem quer que fosse com a nossa superioridade moral. Ele alimentara populações, vestira-as, educara-as, protegera-as quando precisavam de proteção, abria estradas, fizera escolas e hospitais, contribuía pessoalmente para poder vir a haver os novos países a haver. “E tu?, que nem sequer podes ir à loja comprar pão na língua em que dizes ser escritor porque preferes viver num país em que os outros, piores do que nós, te toleram por inofensivo?” (MACEDO, 1991, p.56-57)

Não, não é uma palinódia. O narrador está longe de voltar atrás em sua firme certeza da necessidade do fim do Império que, aliás, nas palavras do Autor¹⁰, libertou ao mesmo tempo as colônias e Portugal. Se palinódia houvesse, só o seria em parte, na proporção da recusa da “evidência”, daquilo que não exige exame porque “vale por si”, daquilo que por se impor como “natural” é, na verdade, “o maior dos ultrajes”¹¹. Em cada lado dessa

¹⁰ “O 25 de Abril de 1974, a chamada Revolução dos Cravos, não permitiu apenas que as colônias se tornassem independentes de Portugal, permitiu que Portugal se tornasse independente das colônias, levou à descolonização de Portugal, permitiu que Portugal se tornasse um país normal, um país mais parecido com os outros.” In: *Conexão Letras*. Vol. 4, nº. 4. 2009.

¹¹ Cf. fragmento de *Roland Barthes par Roland Barthes* sobre o que é “violento, evidente, natural”. “Ele não conseguia escapar daquela ideia sombria de que a verdadeira violência é aquela que *vale por si só*: o que é evidente é violento, mesmo se essa evidência é apresentada suavemente, liberalmente, democraticamente; o que é paradoxal, o que não se impõe ao sentido, o é menos, mesmo se for imposto

evidência estão a versão do filho politicamente favorável à independência, “por julgar que tinha ganho” (MACEDO, 1991, p. 56), e a fala do pai, representante do regime nas colônias, que acreditava na sua missão civilizatória de doador de bens materiais e de um modelo de cultura que incluíam valores, crenças e ideais que eram, afinal, apenas os seus. Edward Said, na análise que tece sobre *Heart of darkness (Coração das trevas)*, afirma com extrema lucidez o aparente impasse ideológico do romance de Conrad, que afinal não difere tanto do projeto bem-intencionado da fala do pai em *Partes de África*. Porque, insiste Said, se por um lado o romance de Joseph Conrad “está repleto de referências à *mission civilisatrice*, a projetos não só cruéis, mas ainda bem-intencionados, de levar a luz aos lugares e povos escuros deste mundo por meio de atos da vontade e demonstrações de poder”, ele não é capaz, em seu tempo, de dar o salto necessário para admitir a capacidade de os povos dominados conquistarem a soberania e a independência, e de conceber que “o imperialismo teria de terminar para que os “nativos” pudessem ter uma vida livre da dominação europeia (SAID, 1999, p.63). *Partes de África*, escrito noventa anos depois do romance de Conrad, pertence evidentemente a um outro tempo, em que a pós-colonialidade já pode começar a ser mirada retrospectivamente, o que inclui evidentemente sérias críticas à barbárie imperialista e não exclui “a tirania espoliadora e empedernida”(SAID, 1999, p.51) da burguesia instalada no poder, que faz lembrar a dos “senhores que haviam partido” (SAID, idem), vencidos pelas lutas da independência.

Como em *Partes de África* a memória se vai tecendo ao sabor das lembranças nem sempre cronológicas, vale assinalar o capítulo 7 do romance, em que o narrador evoca, em metáfora, as relações entre colonizador e colonizado e as suas posteriores tensões pós-coloniais com a extrema lucidez e a grande ousadia de quem desconfia do *politicamente correto*. Com um título de evidente evocação garrettiana – “Metáfora e Metonímia, Liberais e Miguelistas”¹² – passa-se das referências coloniais à administração pública de Lourenço Marques e da Guiné a uma experiência pessoal do narrador ainda adolescente,

arbitrariamente: um tirano que promulgasse leis absurdas seria, de certo modo, menos violento do que uma massa humana que se contentasse em impor “o que vale por si”: o “natural” é, em suma, o maior dos ultrajes. (BARTHES, 1980. p. 88)

¹² Seria interessante lembrar um artigo do ensaísta Helder Macedo, publicado inicialmente na *Revista Colóquio 30* e posteriormente em *Trinta leituras* sob o título “Viagens na minha terra e a Menina dos Rouxinóis”, em que Garrett refere a Revolução de 1832 entre *miguelistas e liberais* e o ensaísta formula uma hipótese de leitura do romance a partir de *metáforas e metonímias*. Teríamos no título uma dupla referência: a Garrett e ao ensaio sobre ele como autorreferência autoral.

“Partes de África, de Helder Macedo o balanço dos tempos”, de Teresa Cristina Cerdeira
Metamorfozes, Rio de Janeiro, vol. 19, número 1, p. 188-207, 2022.

vivendo em Portugal, sem os pais e sob a tutela do irmão apenas poucos anos mais velho. Aos então emaranhados jogos alcoviteiros e/ou perversos entre ele, o irmão e as namoradas, sucedem-se as proezas pessoais do jovem H., que decide, a horas tantas, abandonar o seu papel de Querubim mal encenado e partir sozinho pelas serras, numa aventura que o leva a conhecer a paisagem humana do Portugal das aldeias pobres.

É então que o acaso produz nele um momento de viragem definitiva, que possivelmente só viria a ser verbalizada conceptualmente cerca de 40 anos depois, no tempo da escrita do romance, em que retrospectivamente o sujeito narrador percebe que ali, naquele momento, ele começara “a entender um pouco o mundo de novas misérias que via à [sua] volta, iguais às do mundo que dantes tinha visto sem entender. A magia da [sua] infância feudal estava quebrada” (MACEDO, 1991, p. 47). Em outras palavras, a idealizada infância africana perde naquele momento a aura que a envolvia, quando ele percebe que a vivera dentro dos padrões privilegiados do colonizador – a casa ampla e apalaçada, a varanda em volta que a arejava, o leãozinho como animal de estimação, um cão que o acompanhava na sala de aula, o Pimpão que servia a família e contava histórias aos meninos, enfim, uma espaço edênico que nem sequer permitia atentar para o entorno das palhotas miseráveis dos musseques africanos. A cena a que ele assiste nas serras portuguesas torna-se, assim, um catalisador ideológico que obriga o jovem H. a constatar a absoluta indigência das aldeias portuguesas e a comparar aquilo que vê, no lugar hegemônico da metrópole, com a miséria africana, que ele, nascido em África, sempre vira “sem entender”. O seu encontro com o pastorzinho do Reboredo, miseravelmente solitário, nas serras de Portugal, incapaz de articular o pensamento em palavras¹³, desencadeia a dolorosa consciência dos cruéis espelhamentos entre a metrópole e a colônia, e uma repentina inferência da similitude das dores e dos causadores dessas dores, cientes ou inscientes do projeto falido do Império português, feito de pretos aviltados em África e de portugueses miseráveis em Portugal:

Havia lugarejos perdidos com casas de colmo mais toscas do que as palhotas africanas; havia pernas pútridas arrastando, se não lepras,

¹³ A figura pode bem evocar o personagem de Fabiano em *Vidas secas*, que a indigência brasileira fizera ver a Graciliano Ramos, em tempos históricos não muito diversos.

elefantíases; houve um pastor com olhos arrepiantemente sem expressão e já só capaz de articular os sons guturais da sua solidão diária, sem mais ninguém no horizonte, de ar em ar, quando me perdi e me aproximei dele para pedir direcções. (MACEDO, 1991, p. 46)

A essas icônicas revelações, não mais o adolescente, mas já agora o narrador de *Partes de África* acrescenta uma versão patética orquestrada por novos atores, e em tempos da pós-independência de Moçambique. O protagonista da cena é um jornalista complacente, a querer agradar ao novo regime, denunciando o grotesco imperialismo português através da publicação da foto de um “camponês apatetado” (a lembrar ao narrador “o pastor da serra do Reboredo”) acompanhada da legenda: “Foram estes os nossos colonizadores”. O possessivo “nossos”, notação linguística de um pretense pertencimento à esfera ideológica dos ex-colonizados, não consegue calar a hipocrisia daquele jornalista branco “tão branco quanto um português pode ser”, mas que achava “que era necessário saber quem é branco e quem é preto e quem manda em quem, só que dessa vez ao contrário” (MACEDO, 1991, p. 46). Malhas que o Império tece, já houve quem o dissesse. A essa desmontagem de um oportunismo de última hora (“só que *dessa vez ao contrário*”), o narrador contrapõe o seu balanço retrospectivo não menos trágico, ao concluir que “Moncorvo, o pastor da Serra do Reboredo, as doenças sem hospitais e as crianças sem escolas, os liberais da Corredoura e os miguelistas da Vila [...]” estiveram desde há muito “embarcados todos na mesma nave, vítimas e obreiros de um império construído à revelia, aquém e além-mar”. (MACEDO, 1991, p.47)

O romance não abdica, pois, de um exercício de biografia e memorialismo, apesar de implodir conscientemente esses gêneros em suas acepções tradicionais de testemunhos incontestáveis da verdade histórica, por desconfiar da possibilidade de sua inteireza quando transformada em linguagem. *Em modo de fivela*¹⁴, ele começa e termina com a referência fundadora à morte do pai. Ora, o que o narrador descobre com a própria escrita é que, sepultado o pai, sepultava-se um tempo ao qual não se retornaria como modelo, mas ao qual era preciso retornar como reavaliador. E da luta maniqueísta dos contrários – oprimido / opressor; colonizado / colonizador; revolução / salazarismo; enfim, bem /

¹⁴ Título do texto de Vilma Arêas incluído no livro de ensaios organizado por Teresa Cerdeira sobre a obra de Helder Macedo, p. 31-41

mal – chega-se, não à anulação dos valores, mas à ponderação frutuosa da inserção de um terceiro termo, que multiplica a direção dos olhares sobre o real e instaura uma ética não-autoritária, em que o novo não chega simplesmente para fazer *tabula rasa* do passado e substituir uma verdade por outra.

Não há nada mais polêmico do que este romance que faz um balanço do tempo e que afirma a excelência da democracia quando ela é capaz de ultrapassar os limites atrofiantes do quiasmo, "que só finge mudança para manter tudo na mesma", para restaurar a fertilidade e a dinâmica do oximoron, que é “quando o deserto é fértil, a secura molhada, o sol negro, a claridade escura. O oximoron [...] traz consigo a possibilidade da mudança, há sempre alguma esperança no oximoron” (MACEDO, 1991, p.150).

O interesse do oximoron, que propõe a convivência dos contrários, inaugura um momento em que é mister contabilizar ganhos e perdas que o passado legou ao presente, o que permitiria dizer, com alguma ousadia, que o fundamento axiológico de *Partes de África* é o oximoron, ou, ainda mais radicalmente, que o romance é um oximoron. Expandido o conceito, esse romance permite refletir mais amplamente sobre uma questão atualíssima nos debates sobre liberdade, independência, castração, alteridade, colonialismo, sobrevivência dos povos originários, racismo, direitos humanos, que parecem aguçados neste nosso século XXI, paradoxalmente marcado por calamitosas injustiças e por novas segregações étnicas, mas também por uma tomada de consciência dos valores das minorias contra as hegemonias castradoras. O olhar desconstrutor do romance de Helder Macedo traz justamente à luz os *ilusórios entendimentos e os equivocados desentendimentos* que continuam a marcar o encontro de culturas diversas, quer no passado ainda recente, pelas consequências violentas dos variados imperialismos, quer ainda no presente, através do novo confronto ocidente / oriente que, mesmo sob grave alienação, temos que reconhecer que vem sendo analisado de modo demasiado simplista.

Para pensar esse difícil encontro das civilizações, vale retomar o penúltimo capítulo de *Partes de África* – “Reconhecer o desconhecido” – que, estruturalmente, funciona como uma das muitas “partes” desse romance, em que cada capítulo tem sua própria autonomia narrativa, que mistura gêneros como pedras de um mosaico – ficção, poesia, drama, ensaio crítico, memorialismo, autobiografia –, sem abdicar de uma ordem que

arredonda as partes e sugere a circularidade da composição. Observe-se, a propósito dessas circularidades, não apenas o paralelismo dos títulos do primeiro e do último capítulo¹⁵, ambos nascidos da evocação garrettiana de um *despropositado livro de viagens*, mas ainda a referência à morte do pai, na abertura do romance, e a narração da sua morte, no fechamento do livro que, afinal, retorna sobre si mesmo, através do uso das reticências que concentram graficamente nada mais que o próprio romance. Porque este é também o romance do *tempo reencontrado*, onde o fim remete ao princípio, pois é quando verdadeiramente entendemos que *Partes de África* é a escrita daquilo que inevitavelmente precisa vir à luz, a maneira de conhecer a história conjunta do filho e do pai, já que a fatalidade da história é a de que “nenhuma coisa é encoberta ao longo do tempo”. (MACEDO, 1991, p. 172)

“Reconhecer o desconhecido” é um paradoxo, dirá o seu autor, que pretende ser constatado e ultrapassado, se quisermos oferecer uma saída possível para coabitação das diversas civilizações. A longa citação permitirá extrair algumas premissas fundamentais sobre a relação entre povos:

“Reconhecer o desconhecido” – pressupõe um paradoxo: pois como reconhecer o que se desconhece? Mas esse, julgo eu, foi um paradoxo frequentemente manifestado nos primeiros encontros entre povos de civilizações diferentes, a razão dos ilusórios entendimentos e dos equivocados desentendimentos que estiveram na origem da construção dos impérios. De modo que para falar dos Descobrimentos[...] vou procurar ilustrar [...] a maneira como os pioneiros da aventura imperial europeia reconheceram o que não conheciam, projetando nas coisas e nos povos que foram encontrando os seus próprios desejos, medos,

¹⁵ O título do primeiro capítulo – EM QUE O AUTOR SE DISSOCIA DE SI PRÓPRIO E DESDIZ O PROPÓSITO DO SEU LIVRO” anuncia a estratégia deslizantemente autobiográfica do romance (com um narrador em primeira pessoa que não se nega a referências autorais como o nome de amigos, a vida em África, a morte do pai, o lugar em que escreve, mas que desde já afirma *dissociar-se de si próprio* para escrever), o que aliás ficará reiterado quase ao fim do romance (no antepenúltimo capítulo) quando ele afirma “este livro não é sobre mim mas a partir de mim” (MACEDO, 1991, p. 150). Quanto ao título do capítulo final, ele é o espelho invertido do primeiro: EM QUE O AUTOR SE DESPEDE DE SI PRÓPRIO E REAFIRMA O NÃO PROPÓSITO DO SEU LIVRO. Separando-se de si próprio ao abrir o romance ele permite ver-se como outro dele mesmo até que ao final pode dizer adeus à personagem que criou. Quanto ao livro *despropositado* entenda-se algo como aquilo que foge à norma, que não é uma autobiografia, embora fale de si, que não é história de Portugal embora remeta ao tempo português, que desconcerta linearidades romancescas preferindo a autonomia dos capítulos, enfim, que é mais mosaico que pintura ou fotografia. Inscreve o tempo e o espaço e o sujeito e o seu entorno: mas em *partes*.

ideais, fantasmas, superstições – em suma, o seu imaginário. A palavra latina “invenire”, que significa “encontrar” ou “descobrir”, é também a raiz da palavra “inventar”. (MACEDO, 199, p. 160)

De mal-entendidos são os impérios feitos. Quando os mal-entendidos começaram a esclarecer-se, quando o desconhecido deixa finalmente de ser reconhecido por aquilo que não é, e a norma da diferença se integra na norma que diferencia, então é porque já chegou o tempo do fim dos impérios, quando o pós-imperialismo se pode tornar na consequência positiva de ter havido impérios. E a verdade é que esse fim já estava contido no princípio. João de Barros, o cronista da fundação do império português, já o previa quando, em 1539, escreveu como justificação da sua *Gramática* que as armas e os padrões que Portugal disseminou por todos os continentes eram coisas materiais, que o tempo poderia destruir, mas que a língua portuguesa não seria tão facilmente destruída pelo tempo. É certo que, para tal acontecer, outras línguas se foram perdendo no caminho. Mas, pelo menos, agora, o poeta moçambicano José Craveirinha já pôde publicamente reivindicar Camões como parte da sua literatura; no Brasil é mesmo a língua portuguesa que se fala, por muito que doa a quem ache que deve doer; e os portugueses já começaram a descobrir que a sua língua não é apenas aquela que julgam reconhecer. (MACEDO, 1991, p.167)

1. que, entre as muitas violências que a dominação dos povos fez nascer, não terá sido a menor delas a incapacidade de o outro conquistado ser *conhecido* na sua diferença, e não apenas *reconhecido* através de um olhar já comprometido, cujo saber era anterior ao próprio ato do *conhecimento* e, por isso mesmo, autoritariamente poderoso e cego, gerando por isso mesmo “ilusórios entendimentos” e “equivocados desentendimentos” (MACEDO, 1991, p. 160);

2. que o passado inscrito é sem remédio e sem retorno, mas que o movimento da história se torna possível, apesar desse aparente fatalismo, pelo poder de amadurecimento crítico das tensões que conduziram às crises, às revoluções e à ruína dos impérios;

3. que a experiência passada, neste caso o embate colonizador / colonizado, pode também

ser uma outra forma de saber, tantas vezes dolorosa, que funda, nesse movimento de continuidade ou de contestação, a história do presente e as propostas do futuro, à condição de conseguir ultrapassar, sem apagar, as contradições de que é feita.

Só assim podemos entender a coragem de certas propostas do autor desse ousado romance que é *Partes de África*, que apostam nas bases dialéticas da história ao afirmar que “o pós-imperialismo se pode tornar na consequência positiva de ter havido impérios”, ou ainda que, apesar de outras línguas se terem perdido no caminho – fato tão lamentável quanto incontornável –, “o poeta moçambicano José Craveirinha já pôde publicamente reivindicar Camões como parte de sua literatura”, e este fato não é de se desprezar. Seria este o momento de retomar as palavras de Said que constam da segunda epígrafe deste ensaio, para tornar insuspeito o fato incontestável de que “uma das realizações do imperialismo foi aproximar o mundo”, o que obriga à grave consequência de “considerar a experiência histórica do império como algo partilhado em comum”. E à moda do que disse José Craveirinha, e citando C.L.R. James, Said assentirá que “Beethoven pertence tanto aos caribenhos quanto aos alemães, na medida em que sua música agora faz parte da herança humana” (SAID, 1999, p. 27).

A pós-colonialidade é não raro uma neo-colonialidade, de tal modo que o sucesso das revoluções, mesmo as mais justas, pode trazer no seu bojo um travo contraditório. Ao nos perguntarmos por que afinal os projetos não funcionam como teria desejado a “geração da utopia”¹⁶, sabemos de antemão que esta pergunta não terá certamente uma só resposta. Alguma coisa parece, contudo, bastante clara: as vicissitudes do passado não podem ser apagadas, e a memória tem o dever de inscrevê-las, mas não é apenas em torno delas que os novos projetos se têm que instituir. Quando nos estarrecemos diante de misérias e genocídios do passado, cumpre pensar que outros tantos estão sendo cometidos no presente, e cumpre sobretudo ter olhos capazes de os enxergar, antes que eles se tornem apenas monumentos para o espanto das gerações futuras. Se de enganos, de violências e de perdas, ou em outras palavras, para falar com Helder Macedo, “de mal-entendidos são os impérios feitos”, será preciso um projeto presente para construir um país à altura de si próprio, mais que isso, à altura dos homens que lá vivem. O anjo de Klee, que desde a

¹⁶ A expressão alude evidentemente ao romance homônimo de Pepetela que mantém, aliás, com *Partes de África* um diálogo originado agora da vertente africana. Em ambos, um balanço do tempo.

leitura benjaminiana já se identificou como a materialização do anjo da História, tem o rosto voltado para as ruínas do passado, mas é forçosamente impelido para frente, para um futuro a construir.

O que esse romance de Helder Macedo pode assinalar, para além de sua versão de autobiografia ficcional, para além da releitura da história dos últimos 50 anos do colonialismo português, é um viés muito novo de se ter possivelmente constituído, no início dos anos 1990, como o primeiro romance verdadeiramente pós-colonial da literatura portuguesa, o que se justifica pela ousadia da sua proposta crítica. Não se chega com facilidade ao fim de um império de 500 anos, seja para o colonizado africano, que carrega as marcas de uma longa e violenta opressão, seja para o colonizador que fundou sua história na mitologia de país conquistador dos mares. Analisar o destino de ambos os lados, em tempos verdadeiramente pós-coloniais, é empresa difícil feita de culpas e acusações, que tem que descobrir *o sim* nos interstícios do *não* para chegar, quem sabe, à corajosa (porque dificilmente justificável) ideia de que, diante da irreversibilidade do tempo, que *tem a sua ordem já sabida*, terá havido talvez algum saldo positivo na história de ter havido impérios.

Se esta questão da independência dos países africanos – que ainda não completou 50 anos – é o cerne das indagações de *Partes de África*, a dimensão universalizante das suas reflexões permite refletir sobre outros encontros de cultura como, por exemplo, os de Portugal e Brasil que, apesar dos seus 200 anos já passados e de uma pós-colonialidade antropofagicamente instituída, estão ainda repletos de contradições, desde a violência que caracterizou a relação do conquistador português com os indígenas, donos da terra, até à opção pela escravidão africana que durou até o final do século XIX quando o Brasil estava independente há três quartos de século. Porque o Brasil se fez livre politicamente em 1822, mas sua história carrega um pesado fardo de desigualdades sociais, advindas de uma economia fundada na escravidão dos povos africanos – que as elites brasileiras evidentemente perpetuaram em seu próprio benefício e cujas desastrosas consequências foram sempre dissimuladas sob o discutível manto de uma mestiçagem *luso-tropicalista*. Nascemos autônomos na superfície, calando o racismo de raiz escravocrata, com uma pirâmide social formada por uma elite poderosa composta de latifundiários, ou de proprietários de usinas ou de empresários privilegiados; por uma classe média agarrada à mediocridade dos seus pequenos direitos; por trabalhadores – camponeses, operários,

empregados no setor de serviços – mal remunerados, explorados e com uma segurança social mesquinha; e por uma incalculável massa humana que sequer participa do sistema de produção: os povos originários, os sem-terra, os sem-teto, tornados todos invisíveis aos olhos do poder, para além dos momentos pontuais de catástrofe social ou climática que fazem deles notícia a comover, por breve tempo, uma burguesia que os ignora.

Essa herança colonial escravocrata, perpetuada pela burguesia nacional, se revela sem máscaras no poema/canção de Caetano Veloso, composto em 1992, em parceria com Gilberto Gil, em que se convoca a tragédia do golpe militar no Haiti, em 1991, para falar especularmente do Brasil no apelo paradoxal : “Pense no Haiti, reze pelo Haiti / O Haiti é aqui / O Haiti não é aqui” pondo às claras a incongruência brasileira de assistir a uma “fila de soldados, quase todos pretos, / Dando porrada na nuca de malandros pretos / de ladrões mulatos e outros quase brancos / Tratados como pretos / Só para mostrar aos outros quase pretos / (E são quase todos pretos) / Como é que pretos, pobres e mulatos / E quase brancos, quase pretos de tão pobres são tratados”.

No avesso das perdas, o Brasil (como a África) herdou da colonização portuguesa também uma língua a que se acrescentaram outros ritmos, outro vocabulário (de origem Tupi ou africana), um acento próprio, que aliás se tornou tão próprio que, numa espécie de antropofagia salutar, a língua portuguesa do Brasil ultrapassou o estatuto de herança do colonizador e ganhou foro de propriedade. Assim é que, hoje, – possivelmente sem se dar conta da ousadia incoerente da observação – para o brasileiro, é o português que fala com sotaque: ingênuo afirmação saborosíssima que comprova bem que a imposição se tornou opção e que, como lembra o autor de *Partes de África*, “no Brasil é mesmo a língua portuguesa que se fala, por muito que doa a quem ache que deve doar; e os portugueses já começaram a descobrir que a sua língua não é apenas aquela que julgam reconhecer”.

Por outro lado, é bem verdade, “muitas línguas se foram perdendo no caminho”, mas hoje a língua portuguesa é um estatuto que une espantosamente o imenso território brasileiro onde, paradoxalmente, a escolaridade nem foi por longo tempo verdadeiramente garantida. Como referiu o poeta moçambicano Craveirinha, também no Brasil nós temos Camões e Eça de Queirós e Fernando Pessoa como parte de nossa literatura, já não como monumentos, mas como fontes revisitadas para matar nossa sede

de poesia. Bom, enfim, é saber que, em caminho de mão dupla, também Machado ou Guimarães ou Graciliano ou Clarice, e Oswald e Drummond e Bandeira e Cecília assinalam, com seu timbre tropical, a produção da literatura portuguesa. A ousadia da citação contida em *Partes de África* (certamente passível de debate) de que o “pós-imperialismo se [possa] tornar na consequência positiva de ter havido impérios” exige uma perspectiva que recuse sempre – por longínqua que seja – uma proposta de homogeneização, porque os saberes sempre interagem, numa mesma e outra língua que é a língua portuguesa. Para além de uma visão estreita e pobremente redutora dos contatos culturais, está um espaço sem fronteiras que é o da literatura, da arte, da cultura enfim, como vasos comunicantes a dialogarem e a fertilizarem um campo comum.

Quando mais que estabelecer as categorias de certo e errado ou de bem e mal, acredita-se que ultrapassar a opressão – social, econômica, cultural ou linguística – é saber compreender a *fertilidade do deserto* ou a *negrura do sol*, é porque começamos a vislumbrar uma saída, uma mudança, uma esperança, que se possam instituir como verdadeira e fecunda experiência de liberdade, em que os ganhos e perdas do passado se tornam constituintes do presente e este, não sendo o Eldorado conquistado, será um tempo em que para além do *sim* constrangido, acatado nos tempos da opressão, ou para além do *não* sonoramente gritado em nome da revolução, chega-se à possibilidade do *talvez* que só é possível quando a liberdade pode ter algum lugar. Só em liberdade o artista pode sonhar em ultrapassar os próprios excessos da festa, simplesmente porque ela se torna fato verdadeiramente grande, introjetado, incontornável, e nos ensina a ser vigilantes para cantar, como formulou Maria Alzira Seixo, no primeiro aniversário do 25 de Abril, “não a revolução que foi, mas a revolução que é e que será”.

Referências Bibliográficas:

ARÊAS, Vilma. “Em modo de fivela”. In: CERDEIRA, T.C.. **A Experiência das fronteiras**. Niterói: EdUFF, 2002, p.31-41.

BARTHES, Roland. **Roland Barthes par Roland Barthes**. Paris, Seuil, 1980.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

BLOOM, Harold. The tempest. In: **Shakespeare: the invention of the human**. New York: Riverhead Books, 1998, p. 662-684.

CÉSAIRE, Aimé. **Une Tempête**. “D’après **La Tempête** de Shakespeare – Adaptation pour um théâtre nègre”. Paris, Seuil, 1969.

Conexão Letras. Vol. 4, nº. 4. 2009. “Jane Tutikian entrevista Helder Macedo, um dos grandes escritores portugueses da atualidade”.

DEPESTRE, René. **Bonjour et adieu à la négritude**. Paris: Robert Laffont, 1980.

LEVI, Primo. **Naufragés et rescapés**. Trad. André Maugé, Paris, Gallimard, 1989.

MACEDO, Helder. **Partes de África**. Lisboa, Presença, 1991.

MACEDO, Helder. “Os enganos do olhar”. In: GIL, Fernando & MACEDO Helder. **Viagens do olhar: Retrospeção, Visão e Profecia no Renascimento Português**. Porto, Campo das Letras, 1998.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade”. **Novos Estudos: CEBRAP**, nº 66, julho 2003, p.23-52.

SHAKESPEARE, William. **La Tempête**. Paris, Librairie Générale de France, 2011.

SEIXO, Maria Alzira. **Discursos do texto**. Lisboa, Bertrand, 1977.

STENDHAL. **Le rouge et le noir**. Paris, Garnier, 1968.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Paris, Seuil, 1982.

TUTIKIAN, Jane. Jane Tutikian entrevista Helder Macedo, um dos grandes escritores portugueses da atualidade. **Revista Conexão Letras**, 4(4). 2015. <https://doi.org/10.22456/2594-8962.55589>.